

HISTÓRIA GERAL E DO BRASIL PARA CONCURSOS

Coletânea O que cai na prova!

SUMÁRIO

HISTÓRIA DO BRASIL	9
■ PERÍODO COLONIAL (1500–1808)	9
COLONIZAÇÃO E CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DA AMÉRICA PORTUGUESA.....	12
POLÍTICA E ECONOMIA COLONIAIS	14
ARTES, CULTURA E SOCIEDADE COLONIAIS	18
MOVIMENTOS EMANCIPACIONISTAS.....	19
A COLÔNIA E O MUNDO: A METRÓPOLE, AS INVASÕES E OS VIZINHOS.....	23
■ PERÍODO JOANINO (1808–1821) E A INDEPENDÊNCIA	27
A FUGA DA FAMÍLIA REAL E AS REFORMAS JOANINAS	27
A CRISE DO SISTEMA COLONIAL, A CRISE PORTUGUESA E A PARTIDA REAL.....	29
A INDEPENDÊNCIA (1822) E A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA.....	31
■ IMPÉRIO (1822–1889)	35
PRIMEIRO REINADO	36
PERÍODO REGENCIAL.....	37
SEGUNDO REINADO	40
A QUESTÃO DA ESCRAVIDÃO: ASPECTOS GERAIS.....	43
■ PRIMEIRA REPÚBLICA (1889–1930)	49
PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA, OS GOVERNOS MILITARES E A CONSTITUIÇÃO DE 1891	49
A POLÍTICA E O SISTEMA DE GOVERNABILIDADE DA PRIMEIRA REPÚBLICA; ECONOMIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA	54
MOVIMENTOS DE CONTESTAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: DE CANUDOS AO TENENTISMO	57
POLÍTICA EXTERNA NA PRIMEIRA REPÚBLICA E O BRASIL NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL	66
A CULTURA DO BRASIL REPUBLICANO: ARTE E LITERATURA.....	68
■ ERA VARGAS (1930–1945)	70
O GOLPE DE 1930 E O GOVERNO PROVISÓRIO (1930-1934)	71
GOVERNO CONSTITUCIONAL (1934-1937) E A CONSTITUIÇÃO DE 1934	77

■ O ESTADO NOVO (1937–1945).....	80
A GUINADA AUTORITÁRIA E A CONSTITUIÇÃO DE 1937; AS REFORMAS INSTITUCIONAIS: O BRASIL SEGUNDO VARGAS	80
ECONOMIA NA ERA VARGAS: DO CAFÉ À INDÚSTRIA	83
O POPULISMO VARGUISTA E AS GRANDES REFORMAS	86
BRASIL E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	87
POLÍTICA EXTERNA NA ERA VARGAS.....	88
O PÓS-GUERRA E A CRISE FINAL DO ESTADO NOVO.....	88
■ REPÚBLICA LIBERAL (1945–1964).....	91
A REDEMOCRATIZAÇÃO NA REPÚBLICA LIBERAL E A CONSTITUIÇÃO DE 1946; POLÍTICA E ECONOMIA NA REPÚBLICA LIBERAL	91
O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES: INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO NA REPÚBLICA LIBERAL.....	95
A CRISE FINAL DA REPÚBLICA LIBERAL E O GOLPE DE 1964.....	97
■ REGIME MILITAR (1964–1985)	99
A ESTRUTURAÇÃO DO REGIME MILITAR E A TRANSIÇÃO ATÉ 1968; ECONOMIA NO REGIME MILITAR.....	99
CONSTITUIÇÃO DE 1967 E AS MODIFICAÇÕES DE 1969.....	103
REFORMAS ADMINISTRATIVAS, INVESTIMENTOS E REFORMAS PÚBLICAS NO REGIME MILITAR: O BRASIL POTÊNCIA; A ORDEM E O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA NO REGIME MILITAR; POLÍTICA EXTERNA DO REGIME MILITAR	107
OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA DO REGIME MILITAR E A REPRESSÃO.....	110
■ NOVA REPÚBLICA.....	115
A REDEMOCRATIZAÇÃO NA NOVA REPÚBLICA E A CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	115
POLÍTICA NO BRASIL ATUAL; ECONOMIA BRASILEIRA DA NOVA REPÚBLICA: DA HIPERINFLAÇÃO À GLOBALIZAÇÃO E O NEODESENVOLVIMENTISMO; POLÍTICA EXTERNA NA NOVA REPÚBLICA.....	118
HISTÓRIA GERAL.....	130
■ HISTÓRIA ANTIGA (4000 A.C.–476 D.C.)	130
■ IDADE MÉDIA (476–1453).....	146
■ IDADE MODERNA	154
■ HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA: SÉCULO XIX.....	167

REVOLUÇÃO FRANCESA E ERA NAPOLEÔNICA	167
AS REVOLUÇÕES BURGUESAS E O NACIONALISMO	170
REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, VIDA ECONÔMICA E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS	174
VIDA POLÍTICA PÓS-1848 E O FIM DE SÉCULO	176
IMPERIALISMO DO SÉCULO XIX	177
A AMÉRICA NO SÉCULO XIX.....	177
■ HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA: SÉCULO XX.....	179
A CRISE INTERNACIONAL E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL.....	179
REVOLUÇÃO RUSSA (1917).....	180
PERÍODO ENTREGUERRAS	183
IDEOLOGIAS E GOVERNOS NO SÉCULO XX.....	184
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945)	186
GUERRA FRIA E AS SUPERPOTÊNCIAS.....	190
DESCOLONIZAÇÃO AFRO-ASIÁTICA	192
ECONOMIA NO SÉCULO XX	193
AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XX	195
EUROPA NO SÉCULO XX: DA RECONSTRUÇÃO À UNIÃO EUROPEIA.....	197
ÁFRICA E ÁSIA PÓS-DESCOLONIZAÇÃO.....	197
O FIM DA BIPOLARIDADE E A NOVA ORDEM MUNDIAL.....	200

História Geral e do Brasil

Coletânea O que cai na prova!

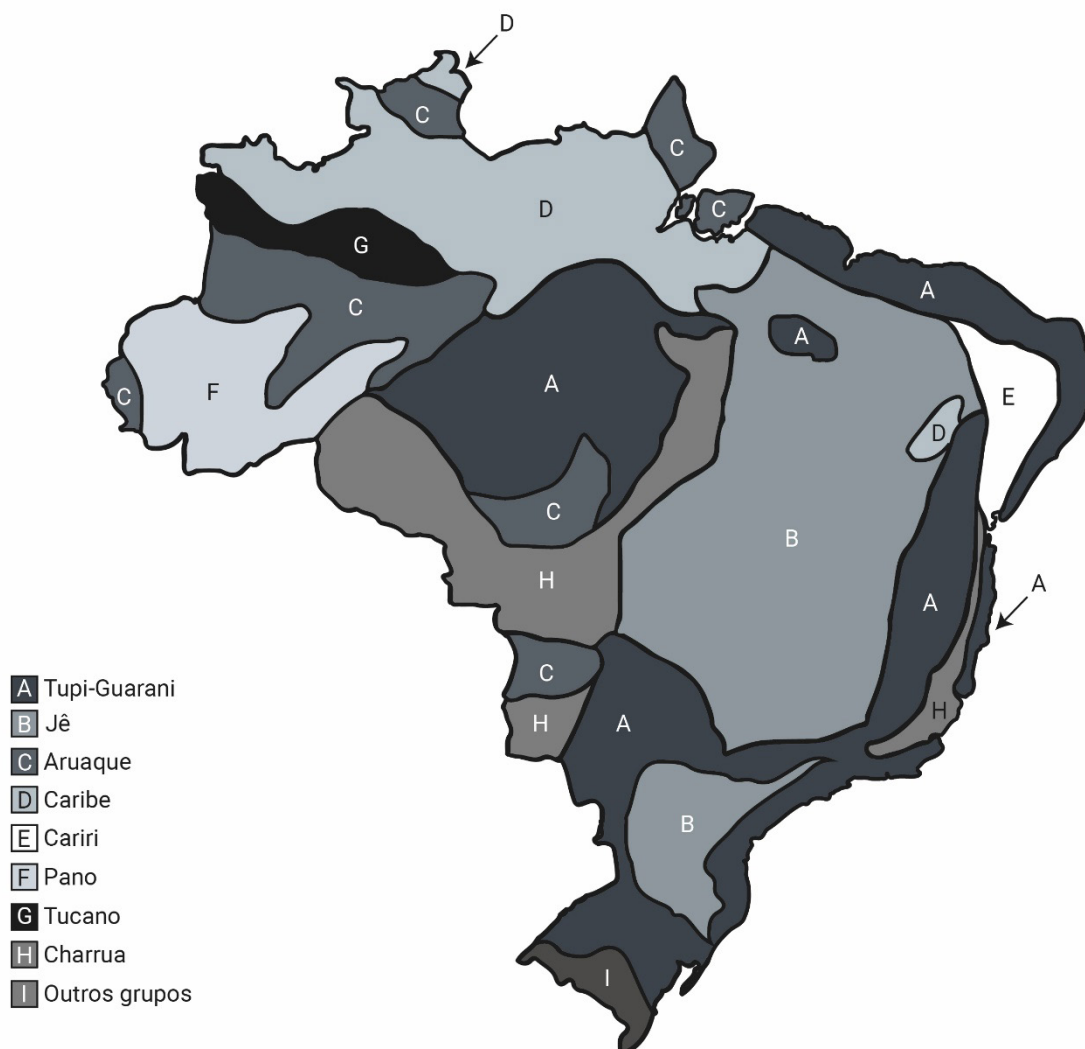
HISTÓRIA DO BRASIL

PERÍODO COLONIAL (1500–1808)

OS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Os povos indígenas que ocupavam o território do Brasil podem ser classificados em quatro grandes troncos linguísticos, a saber:

- **Tupi:** viviam no litoral e foram os primeiros a entrar em contato com os portugueses. Utilizavam-se da pesca, caça e coleta na mata. Eram considerados desse tronco os tamoios, os guaranis, os tupinambás, os tabajaras, entre outros;
- **Macro-Jê:** algumas comunidades viviam na Serra do Mar, mas se localizavam, principalmente, no Planalto Central. Apenas no século XVII, foi que os grupos macro-jê passaram a ser atacados, por conta da escravização indígena. Eram considerados desse tronco os timbiras, os aimorés, os Goitacazes, os carijós, os carajás, os bororós, os botocudos, entre outros;
- **Karib:** ocupavam a região da Planície Amazônica, além dos atuais Amapá e Roraima. Bastante hostis aos invasores, praticavam, inclusive, a antropofagia. Assim como os macro-jê, entraram em contato com os brancos no século XVII, por conta dos aldeamentos religiosos e das fortificações militares. Eram considerados desse tronco os atroari e os uaimiri;
- **Aruak:** estabeleciam-se na região amazônica e na Ilha de Marajó, com destaque para seus utensílios em cerâmica. Eram considerados desse tronco os aruá, pareci, cunibó, guaná e terena.



Fonte: Atlas Histórico Escolar. 8ª ed. Rio de Janeiro: FAE, 1991. p. 12.

I BRASIL ANTES DA CHEGADA DOS EUROPEUS

Os tupis, por habitarem o litoral e terem sido os primeiros a entrarem em contato com os colonizadores, são os mais conhecidos e descritos nos documentos da época. Sobre eles, temos conhecimento graças às descrições feitas por padres, viajantes e funcionários da Coroa portuguesa que resultaram em uma imagem dos povos pré-cabralinos, como se todos fossem iguais. O que sabemos sobre eles serve de base para o entendimento das demais sociedades tribais.

A organização social básica era a tribo, que se subdividia em aldeias ou tabas, cada uma delas com um chefe. A aldeia era formada por um conjunto de quatro a sete ocas, dispostas de forma circular, delimitando uma praça central — a ocará — onde eram

realizadas as cerimônias religiosas, as festas e a reunião dos líderes para decidir uma guerra ou migração. Geralmente, em torno da aldeia, era levantada uma cerca de troncos — a caiçara — com a finalidade de defendê-la.

As aldeias ligadas entre si por parentesco, costumes e tradição formavam uma tribo. O parentesco garantia a manutenção do modo de ser do grupo e perpetuava-se através de uniões obrigatórias com pessoas de fora. A relação de parentesco criava a relação de aliança grupal, na qual o casamento significava uma possibilidade de reforço do poderio do grupo. A família era patriarcal e o casamento poligâmico em algumas comunidades e monogâmico em outras.

A chefia realizava a organização interna da aldeia. Entre os tupis, a chefia era exercida pelos homens mais velhos e os líderes guerreiros. Eles tomavam as decisões sobre a guerra, a migração, as grandes caçadas e o sacrifício dos inimigos.

Para prover a sua alimentação, os povos indígenas caçavam, pescavam e coletavam crustáceos, frutos e raízes. A divisão do trabalho nas aldeias obedecia a dois critérios: sexo e idade. Os homens derrubavam as matas, preparavam o terreno para o plantio, caçavam, pescavam, guerreavam e confeccionavam canoas, arcos, flechas e adornos. As mulheres plantavam, colhiam, faziam cestaria e cerâmica. Quanto às crianças, a divisão entre meninos e meninas ocorria a partir dos cinco anos de idade, quando as meninas brincavam e ajudavam as mulheres em seus trabalhos e os meninos seguiam o exemplo dos homens, buscando aprender sobre a caça e a pesca.

Quando os recursos próximos à aldeia se esgotavam, migravam para outro lugar. O nomadismo da população indígena também ocorria pela procura de um lugar ideal e quase utópico, chamado “terra sem mal”, onde teriam prosperidade constante. Os indígenas procuravam lugares próximos aos rios e lagos, para ter acesso mais fácil à caça e, eventualmente, à agricultura. A chegada em um território ocupado por outra comunidade podia gerar guerras.

Os povos indígenas estavam muito envolvidos com a natureza e tinham uma maneira peculiar de entendê-la, por meio de uma concepção mítica de mundo. A própria natureza era tida como uma dádiva das divindades ou transformava-se na própria divindade, como a mãe-terra. Portanto, a religião indígena pode ser classificada como politeísta.

Nas épocas de plantio, de colheita, de caça, ou nas estações de chuva ou de seca, os membros da aldeia se reuniam e os pajés, líderes religiosos, relatavam as lendas e os mitos de cultuar. O pajé, preocupado em manter vivas as tradições tribais, usava vestimentas especiais, como mantos, plumas coladas ao corpo, máscaras de madeira, visando à transmissão de sua mensagem. Também bebia o cauim, fumava o tabaco, cantava, dançava e invocava os mitos. O ambiente revestia-se dessa atmosfera mágica e religiosa, a fim de agradecer a chuva, uma boa colheita ou a decisão do conselho de chefes para migração.

COLONIZAÇÃO E CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DA AMÉRICA PORTUGUESA

O que foi, afinal, a “descoberta” de um Novo Mundo para a Europa, no século XV? O que tal “descoberta” implicava, para os “descobridores” e os “descobertos”?

Esse “Novo Mundo” era assim considerado porque antes essas terras não constavam nos mapas do mundo ocidental, tampouco se conhecia sua fauna, flora e, sobretudo, sua população, que se mostrava radicalmente diferente da humanidade conhecida pelo ocidente. Tratava-se, afinal, de homens e mulheres que praticavam a poligamia, não trajavam roupas, viviam em constantes guerras e, para horror dos europeus, comiam carne humana. Muito pouco espaço se deu, na chamada descoberta, para efetivo conhecimento e aproximação da população nativa das Américas. Tinha-se muita curiosidade, exotismo e uma grande imaginação.

Em 1492, Cristóvão Colombo, comandando uma frota espanhola que procurava um caminho alternativo para as Índias, sob ordens dos reis católicos Fernando e Isabel, defrontou-se com o que chamariam de **continente americano** e seria um dos primeiros a usar o termo canibal para qualificar os nativos.

A Europa mantinha contato com os países do Oriente desde 1415, e os portugueses já haviam contornado uma parte considerável da costa africana no século XV. Ao final desse mesmo século, a questão era encontrar uma rota para as Índias que tornasse possível continuar com o comércio de especiarias, metais preciosos, joias e sedas, uma vez que a rota oriental estava sob o domínio turco islâmico, ou seja, interdita para os cristãos.

Os europeus, sobretudo espanhóis e portugueses, esperavam receber algum ressarcimento imediato pelas suas viagens desbravadoras, e de início não perceberam grande potencial de exploração econômica para a área “descoberta”. Continuaram as incursões ao Novo Mundo até serem descobertas, pelos espanhóis, reservas de metais preciosos no território que lhe cabia, deixando os portugueses ansiosos por descobrir na sua parte da América também grande quantidade de ouro e prata.

Sabe-se que desde o século XV os portugueses já haviam se lançado em espaços africanos. Esse movimento de aproximação se deu com o objetivo de expulsar os mouros da Península Ibérica, mas a manutenção do contato com o continente africano permitiu que construíssem ali feitorias, promovendo, por fim, sua colonização. Seria apenas em 1500 que, dando sequência ao seu desbravamento marítimo, Portugal se depararia com o Brasil, embora já em 1494 lusitanos e espanhóis tivessem assinado o chamado **Tratado de Tordesilhas** que dividia o Novo Mundo entre os dois Estados.

Inicialmente, Portugal não teve interesse imediato em desbravar suas “novas” terras, uma vez que o comércio oriental lhe era mais rentoso. Os primeiros contatos permitiram a criação de um imaginário sobre o ambiente da América Portuguesa, assim como da população que lá habitava: o lugar era um paraíso na terra, no qual residiam todo tipo de monstros — de alguma forma, “os indígenas canibais” eram vistos, também, como uma espécie monstruosa.

Nos primeiros trinta anos após a chegada de Portugal à América Portuguesa, a exploração econômica se deu pela exportação da madeira do pau-brasil, que era recolhido e movimentado por trabalho indígena.

Capitanias Hereditárias e Governo Geral

O território da América Portuguesa frequentemente sofria invasões de corsários de variadas nacionalidades, ficando evidente para a Coroa a necessidade de apossar-se efetivamente do território, uma vez que apenas o tratado de Tordesilhas não frearia as incursões e estabelecimentos não autorizados. Nesse sentido, foram criadas frentes colonizadoras independentes, que apresentavam pouca comunicação entre si, relacionando-se imediatamente apenas com a metrópole. O sistema administrativo pelo qual se optou foram as chamadas capitanias hereditárias, forma de administração realizada em outros domínios lusitanos. A Coroa não tinha os recursos necessários para realizar a exploração de tão amplos domínios, por isso, doou lotes de terras a particulares que, com seus recursos econômicos e humanos, deveriam primar pelo desenvolvimento dos espaços. Esses lotes de terra eram hereditários.

O território da América Portuguesa foi dividido em quinze lotes, sendo quatorze capitanias que, por sua vez, eram administradas por doze donatários. O donatário era o responsável com poder proeminente e, além do uso da terra, também administrava o trabalho indígena. As capitanias não se relacionavam entre si e o distanciamento era evidente e preocupante, de modo que em 1572 a Coroa Portuguesa fragmentou a administração em dois governos-gerais: o Governo do Norte, que tinha como capital a cidade de Salvador e era composto da Capitania da Baía até a capitania do Maranhão, e o Governo do Sul, sediado no Rio de Janeiro, e composto pela região de Ilhéus até o Sul. Reuniam-se regiões, ainda, que não pareciam compreender pertencerem ao mesmo espaço administrativo e político.



EXERCÍCIO COMENTADO

1. (VUNESP – 2018) “Este Brasil já é um novo Portugal”. Esta afirmação do Padre Fernão Cardim corresponde, segundo o historiador Evaldo Cabral de Melo (in: Viagem Incompleta – formação: histórias), a um processo de construção de identidade das populações da América portuguesa que pode ser definido como
 - a) resistência ao sistema colonial e desejo de emancipação em relação à metrópole.
 - b) submissão das elites locais e identificação com as formas de dominação lusitanas.
 - c) modalidade inicial de sentimento nativista durante o primeiro século da colonização.
 - d) acelerado desenvolvimento da colônia em relação ao atraso da metrópole.
 - e) expectativa de renovação dos colonos em relação às antigas tradições portuguesas.